

Vicente Greco Filho

Professor Associado de Direito Processual e Titular de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professor Titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie. Professor Titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Sorocaba e Procurador de Justiça, aposentado, de São Paulo.

Direito Processual Civil Brasileiro

Volume 2

(Atos Processuais

a

Recursos e Processos nos Tribunais)

9.^a edição, atualizada
1995

OFERTA GRATUITA
do Autor e da Editora

 editora
SARAIVA

ISBN 85-02-01660-1 obra completa
ISBN 85-02-01661-X volume 2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Greco Filho, Vicente, 1943-
Direito processual civil brasileiro / Vicente Greco Filho. — São Paulo : Saraiva, 1989-1995.

Conteúdo: v. 1. Teoria geral do processo a auxiliares da justiça. 9. ed. atual. — v. 2. Atos processuais e recursos e processos nos tribunais. 9. ed. atual. — v. 3. Processo de execução e procedimentos especiais. 9. ed. atual.

Bibliografia.

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título.

95-0341

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual civil 347.9(81)
2. Brasil : Processo civil 347.9(81)

159667

 **editora
SARAIVA**

Avenida Marquês de São Vicente, 1697 — CEP 01139-904 — Tel.: PABX (011) 861-3344 — Barra Funda
Caixa Postal 2362 — Telex: 1126789 — Fax (011) 861-3308 — Fax Vendas: (011) 861-3268
São Paulo - SP

Distribuidora Saraivas de Livros Ltda.

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 31 — Centro
Fone: (092) 234-4664 — Fax: (092) 232-2576
Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dórea, 23 — Brotas
Fone: (071) 381-5854 / 381-5895
Fax: (071) 381-0959 — Salvador

BAURU/SÃO PAULO

Rua Monsenhor Claro, 2-55 — Centro
Fone: (0142) 34-5643 — Fax: (0142) 34-7401
Bauru

DISTRITO FEDERAL

SIG QD 3 Bl. B - Loja 97 — Setor Industrial Gráfico
Fone: (061) 344-2920 / 344-2951
Fax: (061) 344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Rua 70, 661 — Setor Central
Fone: (062) 225-2882 / 212-2806
Fax: (062) 224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua Marechal Rondon, 549 — Centro
Fone: (067) 382-3682 — Fax: (067) 382-0112
Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Célia de Souza, 571 — Sagrada Família
Fone: (031) 461-9962 / 461-9995
Fax: (031) 467-7379 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Av. Almirante Tamandaré, 933-A
Fone: (091) 222-9034

Fax: (091) 224-4817 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Alferees Poli, 2723 — Parolin
Fone: (041) 332-4894 / 332-5871

Fax: (041) 332-7017 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/

ALAGOAS/CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Rua Gervásio Pires, 826 — Boa Vista
Fone: (081) 421-4248 / 421-2474

Fax: (081) 421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO/SÃO PAULO

Rua Lafayette, 94 — Centro
Fone: (016) 834-0546 / 836-9677

Fax: (016) 834-8319 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Av. Marechal Rondon, 2231 — Sampaio
Fone: (021) 201-7149 — Fax: (021) 201-7248

Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. Ceará, 1360 — São Geraldo
Fone: (051) 343-1467 / 343-7563 / 343-7469

Fax: (051) 343-2986 — Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Marquês de São Vicente, 1697
(antiga Av. dos Emissários) — Barra Funda
Fone: PABX (011) 861-3344 — São Paulo

Índice sistemático

Capítulo 1

Dos atos processuais

1. **Aspectos gerais: conceito; classificação**
Atos e fatos processuais — Conceito e elementos — Classificação: critério subjetivo e critério objetivo — Princípios: tipicidade, publicidade e instrumentalidade das formas 5
2. **Da forma dos atos processuais**
Conceito — Sistemas de regulamentação da forma — Conseqüências das violações de regras sobre a forma 9
3. **Dos atos da parte. Ônus processuais**
Ônus processual — Tipos de atos das partes 12
4. **Dos atos do juiz**
Conceitos: sentença, decisão e despacho 14
5. **Dos atos do escrivão ou do chefe da secretaria**
Atuação do escrivão — O registro e a distribuição 16
6. **Do tempo e do lugar dos atos processuais**
Período do dia para a realização dos atos — Realização durante as férias — Local de realização 17

7. Dos prazos	
7.1. <i>Aspectos gerais</i>	
<i>Dies a quo e dies ad quem</i> — Unidades de tempo para a contagem de prazos — Casos de suspensão e interrupção de prazos	19
7.2. <i>Classificação dos prazos</i>	
Classificação quanto à fonte — Prazos dilatatórios e preempatórios — Prazos próprios e impróprios — Preclusão: temporal, consumativa e lógica	20
7.3. <i>Da contagem dos prazos em dias</i>	
O começo do prazo — Regras sobre a contagem — Contagem regressiva de prazos	22
7.4. <i>Regras especiais sobre os prazos</i>	
Privilégio da Fazenda Pública e do Ministério Público — Prazo para os litisconsortes com advogados diferentes — Prazos de anos e de horas	24
7.5. <i>Da verificação dos prazos e das penalidades</i>	
O excesso de prazo e suas conseqüências	26
8. Das comunicações dos atos	
Comunicação: ciência e ordem	26
8.1. <i>Da citação e suas modalidades</i>	
Conceito — Tipos de citação — Procedimento da citação por mandado — Citação do incapaz — Citação pelo correio — Citação com hora certa — Citação por edital	28
8.2. <i>Dos efeitos da citação</i>	
Prevenção — Litispêndência — Litigiosidade da coisa — Efeitos de direito material: mora e interrupção da prescrição	33
8.3. <i>Das intimações</i>	
Conceito — Modos de realização — Efeitos para a contagem de prazos — Intimação do Ministério Público	35

8.4. *Das cartas*

Conceito — Aspectos gerais — Requisitos — Carta rogatória — Carta itinerante — Prazo de cumprimento 37

9. **Das nulidades**

Sanções pelo descumprimento das normas processuais — Regras próprias do processo 39

9.1. *Classificação das violações das normas relativas à forma*

Atos inexistentes — Irregularidade — Nulidade absoluta — Nulidade relativa — Anulabilidade — Nulidade de atos e do processo 40

9.2. *Princípios e normas relativos às nulidades*

Instrumentalidade — Causalidade e consequencialidade — Conservação dos atos processuais — Interesse de agir — Economia processual — Preclusão 42

9.3. *Convalidação e sanção das nulidades*

Repetição — Retificação — Ratificação — Substituição — Nulidade e coisa julgada 45

Capítulo 2

Da formação, suspensão e extinção do processo

10. **Processo: conceitos básicos**

Unidade intrínseca do direito processual — Conceitos fundamentais do direito processual: jurisdição, ação e processo — Natureza do processo 49

11. **Esboço histórico da evolução do conceito de processo**

Direito Romano — Medieval — Moderno — Tipos de tutela jurisdicional e de processo 51

12. A relação jurídica processual

Conceito — Configuração da relação processual — Características 54

13. Pressupostos processuais

Pressupostos processuais objetivos — Pressupostos processuais subjetivos 55

14. O objeto litigioso do processo

Conceito — Individualização do objeto litigioso 56

15. Formação do processo e a inalterabilidade do pedido

Fundamento da estabilização do processo — Confronto com o processo penal 57

16. Da suspensão do processo

Causas de suspensão — Efeitos da suspensão — Morte da parte ou seu procurador — Convenção das partes — Interposição de exceção — Suspensão por questão prejudicial — Força maior 58

17. Da extinção do processo*17.1. Introdução*

Momentos e tipos de extinção quanto ao conteúdo 63

17.2. Extinção do processo sem julgamento de mérito

Efeitos — Indeferimento da inicial — Negligência das partes — Abandono do autor — Falta de pressupostos do processo — Perempção, litispendência e coisa julgada — Falta de condições da ação — Compromisso arbitral — Desistência da ação — Intransmissibilidade da ação — Confusão — Matérias que o juiz pode conhecer de ofício — Efeitos da extinção 63

17.3. <i>Extinção do processo com julgamento de mérito</i>	
Decisão sobre o pedido — Reconhecimento jurídico do pedido — Transação — Decretação da decadência ou prescrição — Renúncia	70
17.4. <i>Da tutela antecipada</i>	73

Capítulo 3

Do processo e do procedimento.

Procedimento ordinário e sumário (sumaríssimo)

18. Conceitos

Processo — Procedimento — Finalidade dos diversos tipos de processo	77
---	----

19. Princípios do processo e do procedimento

Princípios deontológicos: lógico, jurídico, político, econômico — Princípios epistemológicos: bilateralidade da audiência ou contraditório, iniciativa de parte, impulso oficial, ordem consecutiva legal, prova formal e persuasão racional, oralidade e imediação, publicidade, lealdade processual, economia processual, pluralidade de graus de jurisdição	78
--	----

20. Tipos de procedimento

Os vários procedimentos em cada tipo de processo — A escolha do procedimento e a adequação procedimental	83
--	----

21. O procedimento ordinário

Fases do procedimento ordinário: postulatória, do julgamento conforme o estado do processo, instrutória e decisória	85
---	----

22. Procedimento sumário (sumaríssimo)

Procedimento sumário (sumaríssimo) mas não cognição sumária — Casos de procedimento sumário (sumaríssimo): do Código e de leis especiais — Ordem procedimental ..	87
---	----

Capítulo 4

Da petição inicial

23. Dos requisitos da petição inicial

Conteúdo da inicial: juiz a que é dirigida, qualificação das partes, fato e fundamentos jurídicos do pedido, o pedido, o valor da causa, requerimento de provas, requerimento para citação — Documentos com a inicial 93

24. Do pedido

Pedido imediato e mediato — Requisitos do pedido — Pedido genérico — Pedido alternativo — Pedido subsidiário ou sucessivo — Cumulação de pedidos 98

25. Do indeferimento da inicial

Inépcia da inicial — Ilegitimidade de parte — Falta de interesse processual — Decadência ou prescrição — Erro na escolha do procedimento — Falta de indicação de dados relativos ao advogado — Natureza do ato do juiz que indefere a inicial e recurso cabível 102

Capítulo 5

Da resposta do réu: contestação, exceção e reconvenção

26. Da defesa do réu: aspectos gerais

Natureza do direito de defesa — Defesa direta e indireta — Defesa de mérito e processual — Prazo para responder e alternativas da resposta 109

27. Da contestação

Conceito — Princípio da eventualidade — Matéria de objeção: vício de citação, incompetência absoluta, inépcia da inicial, preempção, litispendência, coisa julgada,

conexão, vício de representação, compromisso arbitral, carência da ação, falta de requisito condicionante — Impugnação quanto ao mérito — Forma e conteúdo da contestação	111
28. Das exceções	
28.1. Aspectos gerais	
Matéria da exceção	115
28.2. Procedimento da exceção de incompetência	
Seqüência de atos na exceção — Decisão da exceção e seu recurso — Efeitos da decretação da incompetência	116
28.3. Procedimento da exceção de impedimento ou suspeição	
Seqüência de atos na exceção	117
28.4. Efeitos da exceção de suspeição	118
29. Da reconvenção	
29.1. Introdução	
Alternativas da resposta	124
29.2. Conceito	
Fundamento do instituto	124
29.3. Origens históricas do instituto	
Direito Romano — Direito germânico — Direito comum — Ordenações — Direito brasileiro anterior	125
29.4. Confronto com institutos afins	
Reconvenção e compensação — Reconvenção e exceção material — Reconvenção e ação declaratória incidental	126
29.5. Pressupostos da reconvenção	
Legitimidade <i>ad causam</i> — Pressupostos processuais e regularidade procedimental — Oportunidade	

— Pendência da ação principal — Competência	
— Identidade de procedimento — Conexão	128
29.6. Hipóteses de exclusão	
No sumaríssimo — Na ação dúplice — Na execução	130
29.7. Recursos na reconvenção	
Da sentença e das decisões — Natureza do ato que rejeita a reconvenção	131

Capítulo 6

Da revelia

30. Introdução	
Contumácia e revelia — Terminologia	135
31. Esboço histórico e de direito comparado	
Direito Romano — Direito germânico — Direito comum — Direito italiano — Direito alemão — Direito portu- guês — Direito das Ordenações — Direito brasileiro anterior	135
32. Sistema atual e efeitos da revelia	
Ocorrência da revelia — Presunção de veracidade e dis- pensa de intimação — Exclusão do efeito da revelia ..	138

Capítulo 7

Das providências preliminares.

Da ação declaratória incidental

33. Introdução	
Alternativas para o desenvolvimento procedimental	145

34. Hipóteses no caso de falta de contestação	
Aplicação, ou não, do efeito da revelia	145
35. Hipóteses havendo contestação	
Negação pura dos fatos — Alegação de preliminares — Réplica — Alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo — Pedido de declaração incidente	145
36. Ação declaratória incidental	
36.1. <i>Introdução e conceito</i>	
Ação declaratória em geral — Origem histórica ..	147
36.2. <i>Fundamento e justificativa da ação declaratória incidental</i>	
O problema dos limites objetivos da coisa julgada	148
36.3. <i>Natureza e objeto da ação declaratória incidental</i>	
Questão prejudicial — Distinções	148
36.4. <i>Momento do requerimento da declaração incidente</i>	
Para o autor — Para o réu	149
36.5. <i>Condições de admissibilidade da ação declaratória incidental</i>	
Questão prejudicial — Competência — Julgamento da declaratória incidental — Recurso cabível	150

Capítulo 8

Do julgamento conforme o estado do processo

37. Introdução

Bens jurídicos que influem na estruturação do processo — Tendência simplificadora	155
--	-----

- 38. Esboço histórico da tendência simplificadora e direito comparado**
 Direito Romano — Direito comum — Alemanha e Áustria — Direito inglês — Direito português — Direito brasileiro anterior 156
- 39. Problema metodológico. O trinômio: pressupostos processuais, condições da ação e mérito**
 Momentos naturais de apreciação das questões a eles relativas 161
- 40. Alternativas anteriores ao julgamento conforme o estado do processo**
 Alternativas da resposta e providências preliminares — Função saneadora 162
- 41. O julgamento conforme o estado do processo. Hipóteses**
 Extinção do processo sem julgamento de mérito e com julgamento de mérito — Julgamento antecipado da lide — Saneamento 164
- 42. Do julgamento antecipado da lide**
 Conceito — Hipóteses — Questão exclusivamente de direito ou que independe de prova em audiência — Revelia 165

Capítulo 9

Das provas

- 43. Teoria geral da prova**
- 43.1. *Introdução*
 O direito e o fato 175
- 43.2. *Conceito de prova*
 Prova no processo — Classificação das provas .. 175

43.3. <i>Objeto da prova</i>	
Fatos pertinentes, relevantes, controvertidos, não notórios — Prova do direito	177
43.4. <i>Meios de prova</i>	
Conceito e rol — Meios ilegítimos	179
43.5. <i>Ônus da prova</i>	
43.5.1. Introdução	
Ônus da prova e poderes do juiz — Princípios	180
43.5.2. Esboço histórico e direito comparado	
Direito Romano — Direito germânico — Direito das Ordenações — Direito brasileiro anterior	181
43.5.3. Teorias modernas sobre o ônus da prova	
Chiovenda — Carnelutti — Betti — Micheli	183
43.5.4. Ônus subjetivo e ônus objetivo	
Distinção	184
43.5.5. Sistema legal brasileiro	
Fatos constitutivos — Fatos impeditivos, modificativos e extintivos — Interesse na contraprova — Inversão contratual do ônus da prova	184
43.6. <i>Momentos da prova</i>	
Requerimento — Deferimento — Produção	187
43.7. <i>Presunções, indícios, máximas de experiência</i>	
Conceitos de indícios e presunções — Tipos de presunções — Espécies de presunções legais — Regras da experiência comum e da experiência técnica — Conceito de máximas de experiência — Erro quanto à máxima de experiência	188
43.8. <i>A apreciação ou valoração da prova</i>	
Sistemas de apreciação da prova — Convicção íntima — Prova legal — Persuasão racional	192

43.9. <i>Natureza jurídica das normas relativas à prova</i>	
Natureza de direito material ou direito processual	195
44. Depoimento pessoal	
Interrogatório e depoimento pessoal propriamente dito — Diferenças — Momentos do depoimento pessoal — Finali- dade — Produção	196
45. Confissão	
Conceito — Valor — Características — Revogação — Confissão extrajudicial — Distinção em relação ao reco- nhecimento jurídico do pedido	198
46. Exibição de documento ou coisa	
Espécies de pedido de exibição — Recusa em exhibir — Efeitos da recusa ilegítima — Procedimento da exibição	200
47. Prova documental	
47.1. <i>Introdução e conceito</i>	
Documento e instrumento — Documento público e particular — Original e cópia — Autenticidade e veracidade	203
47.2. <i>Da força probante dos documentos</i>	
Regras sobre os documentos públicos — Regras sobre os documentos particulares — Regras sobre os documentos especiais — Regras sobre cópias — Regras sobre a fé que emana dos documentos	204
47.3. <i>Da arguição de falsidade</i>	
Meios de declaração da falsidade — Procedimento da declaração incidental — Falsidade material e ideológica	208
47.4. <i>Da produção da prova documental</i>	
Juntada de documentos — Requisição pelo juiz ..	210

48. Prova testemunhal*48.1. Conceito*

Características da testemunha — Incapazes de depor — Impedidos de depor — Suspeitos de depor — Escusa de depor 212

48.2. Admissibilidade e valor da prova testemunhal

Limitações à prova testemunhal 213

48.3. Momentos e produção da prova testemunhal

Momentos de regra — Momentos especiais — Testemunha referida — Procedimento do depoimento — Contradita — Acareação 214

49. Prova pericial*49.1. Introdução e conceito*

Exame, vistoria e avaliação — Objeto da prova .. 218

49.2. Momentos da prova pericial. O perito

Requerimento — Nomeação do perito — Compromisso — Perito e assistentes técnicos — Quesitos — Elaboração do laudo — Segunda perícia — Pareceres 220

50. Inspeção judicial

Conceito — Procedimento 222

Capítulo 10**Da audiência****51. Aspectos gerais e o princípio da oralidade**

Atos escritos e orais — Presidência da audiência 227

52. Da conciliação

Conceito — Atuação do juiz 228

53. Da instrução e julgamento

Adiamento da audiência — Ordem de atos na audiência — Debate oral — Memoriais — Documentação da audiência	229
---	-----

Capítulo 11**Da sentença e da coisa julgada****54. Conceito e requisitos da sentença**

Relatório, fundamentação e dispositivo — Correlação pedido/sentença	235
---	-----

55. Das emendas à sentença

Erros materiais — Embargos de declaração — Cabimento — Procedimento	237
---	-----

56. Dos efeitos da sentença

Declaração, constituição e condenação — Hipoteca judiciária	239
---	-----

57. Da coisa julgada*57.1. Conceito e noções gerais*

Teorias sobre a coisa julgada	241
-------------------------------------	-----

57.2. Coisa julgada formal e coisa julgada material

Esgotamento dos recursos — Imutabilidade — Sentenças que não fazem coisa julgada material — Reexame obrigatório	242
---	-----

57.3. Limites objetivos da coisa julgada

Pontos que não fazem coisa julgada — A questão prejudicial	244
--	-----

57.4. Limites subjetivos da coisa julgada	
Origem histórica do problema — Distinção entre efeitos da sentença e coisa julgada — Classificação de terceiros quanto aos efeitos das sentenças — Casos de extensão da coisa julgada a terceiros ..	246
57.5. A coisa julgada nas ações de estado	
Origem histórica da questão — Dificuldades de interpretação	249
57.6. O efeito negativo da coisa julgada e a triplíce identidade	252

Capítulo 12

Das disposições gerais sobre os recursos. Teoria geral dos recursos

58. Conceito e natureza dos recursos	
Análise do conceito — Pluralidade de graus de jurisdição	259
59. O sistema recursal no Código de Processo Civil. Esboço histórico	
Direito Romano — Direito germânico — Direito canônico — Direito português antigo — Direito brasileiro anterior — Recursos do Código de Processo Civil	261
60. Espécies de recursos	
Recursos ordinários e recursos extraordinários	266
61. Da admissibilidade dos recursos e seus pressupostos gerais	
Conhecimento do recurso — O juízo de admissibilidade — Pressupostos objetivos — Pressupostos subjetivos — Recurso de terceiro prejudicado	267
62. Efeitos dos recursos	
Intrínsecos: impedir a preclusão e ensejar a competência de outro órgão jurisdicional — Efeito devolutivo — Efeito suspensivo	276

63. Extinção anômala das vias recursais	
Deserção — Desistência — Renúncia	278
64. Recurso adesivo	
Evolução histórica do benefício comum da apelação e o recurso adesivo — Conceito e natureza — Procedimento e pressupostos	279
65. Outras normas gerais sobre os recursos	
Recursos contra acórdão com parte unânime e parte não unânime — Despachos de mero expediente — Recursos e litisconsortes — Relação entre acórdão e sentença	282

Capítulo 13

Da apelação

66. Aspectos gerais. Cabimento. Extensão	
Conceito — Apelação total ou parcial — Apelação e fundamentos da sentença — Fato e direito novo na apelação	287
67. Efeitos da apelação	
Casos de apelação só com efeito devolutivo	290
68. Procedimento da apelação	
Forma da apelação — Prazo — Procedimento	291

Capítulo 14

Do agravo e sucedâneos dos recursos

69. Introdução	
Atos do juiz e recursos cabíveis	297

70. Conceito de decisão e de sentença para fins de recurso. Hipóteses controvertidas	
Terminologia do Código — Casos duvidosos — Erro na interposição e fungibilidade dos recursos	298
71. O procedimento do agravo de instrumento. O agravo retido	
Interposição e atos subseqüentes — Pedido de retenção do agravo — Problemas especiais do agravo retido	302
72. Outras espécies de agravo	
Agravo para o Supremo e para o Superior Tribunal de Justiça — Agravo no Supremo e no Superior Tribunal de Justiça — Recursos inominados	305
73. O agravo e os sucedâneos dos recursos: mandado de segurança e correição parcial	
Mandado de segurança contra ato judicial — Casos remanescentes de correição parcial — Pedido de reconsideração	306

Capítulo 15

Dos embargos infringentes e de declaração

74. Introdução e conceito	
Diversos significados do termo embargos — Tipos de embargos como recurso	311
75. Embargos infringentes	
75.1. <i>Pressupostos específicos</i>	
Julgamento por maioria — Julgamento em apelação ou ação rescisória	311
75.2. <i>Procedimento dos embargos infringentes</i>	
Interposição — Atos subseqüentes — Rejeição liminar	314
76. Embargos de declaração	
Hipóteses de cabimento — Embargos de declaração e questionamento	315

77. Dos outros embargos

Embargos de leis especiais — Embargos no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça — Embargos de divergência da Lei Orgânica da Magistratura Nacional	315
--	-----

Capítulo 16**Dos recursos para os tribunais superiores: ordinário, especial e extraordinário****78. A função constitucional do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça**

Formas de atuação processual do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	319
--	-----

79. O recurso ordinário constitucional

Cabimento — Pressupostos	320
--------------------------------	-----

80. O recurso especial

Cabimento — Pressupostos	322
--------------------------------	-----

81. O recurso extraordinário

Cabimento — Pressupostos	327
--------------------------------	-----

Capítulo 17**Do processo nos tribunais****82. Da uniformização da jurisprudência***82.1. O papel da jurisprudência e sua unificação*

Conceito e teorias — A preocupação da unificação da jurisprudência — Origens do instituto — Institutos afins	333
--	-----

82.2. <i>Natureza da uniformização da jurisprudência e seus pressupostos</i>	
Conceito jurídico — Instauração do incidente	336
82.3. <i>Procedimento da uniformização da jurisprudência</i>	
Instauração e desenvolvimento — Efeitos no procedimento recursal ou de processo de competência originária	337
83. Da declaração de inconstitucionalidade	
83.1. <i>Introdução e antecedentes históricos dos modernos sistemas de controle jurisdicional de constitucionalidade das leis</i>	
Hierarquia das leis — Origem do instituto	339
83.2. <i>Sistemas modernos de controle jurisdicional de constitucionalidade das leis</i>	
Classificação dos sistemas — O sistema brasileiro .	340
83.3. <i>Natureza e efeitos da declaração</i>	
Na declaração incidental — Na ação direta	341
83.4. <i>Aspectos processuais da declaração</i>	
Instauração do incidente — Procedimento — Ação direta: legitimidade	341
84. Da homologação de sentença estrangeira	
84.1. <i>Evolução histórica do instituto e fundamento filosófico</i>	
Territorialidade e extraterritorialidade do direito — Doutrinas sobre o fundamento do reconhecimento de sentenças estrangeiras — O valor da pessoa humana	343
84.2. <i>Os diversos sistemas legislativos sobre a homologação</i>	
Classificação dos sistemas	349
84.3. <i>Direito brasileiro</i>	
Evolução histórica do direito brasileiro e o sistema adotado	352

84.4. <i>Natureza jurídica da sentença estrangeira e do processo de homologação</i>	
Natureza segundo os diversos sistemas — Natureza perante o direito brasileiro	355
84.5. <i>Condições, pressupostos, elementos e mérito da homologação</i>	
Legitimidade — Interesse de agir — Conceito de sentença para fins de homologação — Sentenças homologáveis — Competência para a homologação — Mérito e requisitos para a homologação — Ordem pública, soberania nacional e bons costumes ..	358
84.6. <i>O procedimento da ação de homologação</i>	
Instauração e atos subseqüentes — Execução da sentença	377
85. Da ação rescisória	
85.1. <i>Conceito e natureza</i>	
Coisa julgada e ação rescisória — Natureza jurídica	379
85.2. <i>Pressupostos da ação rescisória</i>	
Coisa julgada material — Legitimidade — Legitimidade do terceiro e do Ministério Público — Prazo — Competência	380
85.3. <i>Fundamentos para a rescisão</i>	
Rescindibilidade — Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz — Impedimento ou incompetência absoluta do juiz — Dolo ou colusão — Ofensa à coisa julgada — Violação literal de disposição de lei — Prova falsa — Documento novo — Invalidez de confissão, desistência ou transação — Erro de fato	384
85.4. <i>Procedimento da ação rescisória</i>	
Petição inicial — Cumulação de pedidos — Multa — Julgamento — Efeitos	388
<i>Bibliografia</i>	391
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	405